

**Abordagem Multiparadigmática em Estudos Organizacionais: indo muito mais além da visão
hegemônica**

**Nerio Amboni¹
Daniel Ouriques Carminha²**

Resumo

O artigo tem por objetivo discutir as implicações das visões hegemônicas e multiparadigmáticas no desenvolvimento de estudos organizacionais. Trata-se de um ensaio teórico elaborado, a partir dos fundamentos que alicerçam as classificações epistemológicas de Burrell e Morgan (1979), complementadas por argumentos de outros estudiosos no sentido de esclarecer, ratificar, complementar e levantar as limitações para o desenvolvimento dos estudos organizacionais. Três grandes linhas de pensamento epistemológicas são dominantes: o subjetivismo, o objetivismo e o construtivismo. A pesquisa multiparadigmática oportuniza aos pesquisadores o uso de paradigmas múltiplos na coleta e na análise de dados em ambientes complexos. Podem ocorrer estudos que empreguem técnicas interpretativistas para apurar identificações funcionalistas preliminares, ou mesmo o contrário: métodos positivistas para operacionalizar e testar construtos encontrados para, em seguida trabalhar questões qualitativas. O tema pesquisado pode, desta forma, ser entendido de múltiplas formas, desde que o pesquisador tenha conhecimento e condições para verificar as conexões e contrastes ontológicos e epistemológicos das abordagens utilizadas na pesquisa. Ainda, a análise multiparadigmática apresenta alguns limites, mesmo celebrando a pluralidade, a ambiguidade e a possibilidade de vislumbrar diferentes visões da realidade. Como limites podem ser citados: a) o pesquisador ao lidar com diferentes abordagens pode ficar sem referência ou fundamentação e; b) o pesquisador pode ter dificuldades para se distanciar do paradigma de origem e/ou do dominante no momento em que decide utilizar a abordagem multiparadigmática. Por esta razão a reflexividade ancorada no diálogo, na contextualização e na interdisciplinaridade deve permear todo o processo, visando minimizar os limites da abordagem multiparadigmática. Todas estas articulações e junções paradigmáticas podem ser feitas, desde que o pesquisador tenha sempre uma referência e uma fundamentação, visando manter a coerência e a consistência do que está sendo pesquisado.

Palavras-chave: Paradigmas. Epistemologia. Abordagens Epistemológicas. Estudos Organizacionais.

1 INTRODUÇÃO

A diversidade e a fragmentação nos estudos organizacionais, segundo Rodrigues e Carrieri (2001), têm proporcionado várias discussões e polêmicas sobre a identidade da área. Autores como, por exemplo, Chanlat (1994) e Clegg e Hardy (1996) identificaram algumas limitações que caracterizavam as investigações neste campo. Apontaram não só as principais deficiências contextuais e históricas no processo de evolução dos estudos organizacionais como uma disciplina independente, mas também questionaram a posição hegemônica desfrutada, até então, pelas teorias anglo-saxônicas e a adoção de

¹ UDESC - ESAG

² UDESC - ESAG

modelos universais para explicar o que se passa no interior das organizações em outras regiões do mundo.

Benson citado por Rodrigues e Carrieri (2001) diz, em 1977, que a evolução dos estudos organizacionais deveria ser compreendida como processo de construção social e dialético, caracterizado por contradições e influenciado por grupos de interesses. Astley (1985, p. 504) comenta que o conhecimento organizacional é “uma coleção de tópicos frouxamente relacionados” e culturalmente limitados ao contexto anglo-saxão e pouco ligados ao mundo da prática. Nos anos 80, a área de estudos organizacionais recebeu muitas críticas devido ao exagerado etnocentrismo, não apresentando propostas que levassem a mudanças significativas. Nos anos 90, Chanlat (1994) argumenta sobre a necessidade de se incorporar maior diversidade nas abordagens, além da inclusão de novos colaboradores que pudessem trazer mudanças positivas no que se refere ao poder de explicação das suas teorias. Rodrigues e Carrieri (2001) comentam que o *Handbook* de Estudos Organizacionais trouxe novo apelo no sentido de tratar os estudos organizacionais como conversações, como atividade social igual a qualquer outra, na qual as regras dependem do consenso sobre a identidade de determinado grupo.

O campo de estudos organizacionais cresceu exponencialmente na produção acadêmica, de 1980 até o momento, conforme pesquisas realizadas por Machado-da-Silva, Cunha e Amboni (1990) e Bertero e Keinert (1994). Os autores chegaram à conclusão que a ortodoxia funcionalista é a principal plataforma utilizada no desenvolvimento de estudos organizacionais, apesar do crescimento relativo também de vertentes interpretacionistas, críticas e, mais recentemente, pós-modernistas. Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999) comentam que a adoção do paradigma funcionalista no Brasil teve, até certo ponto, qualidade questionável e critérios duvidosos. Desta forma, muito do que foi incorporado nos anos 1980 e 1990, abrigaram-se na ortodoxia estruturalista-sistêmica que dominou o funcionalismo até a década de 1970. Vergara e Caldas (2005) também comentam que a predominância da ortodoxia funcionalista no campo de estudos organizacionais ocorre desde o final da década de 1980.

Nesta direção, procura-se discutir as implicações das visões hegemônicas e multiparadigmáticas no desenvolvimento de estudos organizacionais. Trata-se de um ensaio teórico elaborado, a partir dos fundamentos que alicerçam as classificações epistemológicas de Burrell e Morgan (1979), complementadas por argumentos de outros estudiosos no sentido de esclarecer, ratificar, complementar e levantar as limitações para o desenvolvimento dos estudos organizacionais. O artigo é relevante no momento em que procura demonstrar que as organizações não podem ser entendidas, a partir de um único enfoque. O conhecimento das diferentes abordagens paradigmáticas possibilita o entendimento dos paradigmas não como excludentes e, sim, como complementares. Todavia, compete ao pesquisador verificar qual abordagem paradigmática é mais relevante no entendimento do assunto, identificando os paradigmas que poderão completar as lacunas deixadas pelo paradigma guia de orientação da pesquisa, em pauta.

O artigo apresenta, em primeiro lugar, os argumentos já discutidos na introdução, assim como demonstra o objetivo geral do trabalho. Em segundo lugar, discorre sobre os assuntos paradigmas e epistemologia complementados pelas abordagens epistemológicas dos Quatro Paradigmas de Burrell e Morgan (1979). Na sequência são discutidos os fundamentos concernentes a visão multiparadigmática em estudos organizacionais, revelando os avanços e limitações. Em quarto lugar, são feitas algumas considerações sobre o assunto e, por último, são descritas as referências utilizadas no desenvolvimento do artigo.

2 PARADIGMAS E ABORDAGENS EPISTEMOLÓGICAS

Neste tópico são discutidos os fundamentos teóricos e práticos apresentados pelos estudiosos da área em relação aos assuntos paradigmas, epistemologia e abordagens epistemológicas.

2.1 PARADIGMAS

Como a evolução humana é contínua e dinâmica com a modificação dos valores, das crenças e dos conceitos que as pessoas têm e/ou passam a ter sobre determinado assunto no transcorrer do tempo, os paradigmas científicos estão em constantes transformações. Eles são historicamente mutáveis, relativos e naturalmente seletivos como explica Assmann (1998). O termo paradigma para Vasconcellos (2005) significa modelo ou padrão. A partir deste modelo ou padrão, o ser humano procura compreender a realidade que está a sua volta, no sentido do que é “certo” e “errado” ou do que é aceito ou não pela comunidade científica e pela população. Para Morin (2001, p. 15), paradigmas são “princípios supra lógicos de organização do pensamento [...] princípios ocultos que governam a nossa visão das coisas e do mundo sem que disso tenhamos consciência”. Segundo o autor “[...] um paradigma é constituído por certo tipo de relação lógica extremamente forte entre noções mestras, noções chave e princípios chave. Esta relação e estes princípios vão comandar todos os propósitos que obedecem inconscientemente ao seu império” (MORIN, 2001, p. 85). Kuhn (2011) considera paradigma como um conjunto de crenças e valores compartilhados por uma determinada comunidade científica – uma maneira de ver a realidade. Para o autor, a ciência segue o seguinte modelo de desenvolvimento: a) nos períodos de ciência normal, os problemas e as soluções encontradas devem estar alinhados ao paradigma adotado; b) no momento em que os problemas e as soluções não se encaixam dentro do padrão ou modelo ocorre o que Kuhn chama de anomalias, gerando crise na ciência, proporcionando as revoluções científicas (ciência extraordinária). O termo “paradigma” deve ser entendido como uma base ontológica e epistemológica que fundamenta as teorias organizacionais modernas.

A ciência normal procura enquadrar a natureza dentro dos limites preestabelecidos pelo paradigma, ou seja, modelar a solução de novos problemas segundo os problemas exemplares. A ciência normal não tem como objetivo trazer à tona os fenômenos que não se ajustam aos limites do paradigma vigente. Kuhn (2011) faz uma metáfora quando relaciona ciência normal a resolução de quebra-cabeças. Quebra-cabeça para o autor é uma categoria de problemas que serve para testar a engenhosidade ou habilidade do pesquisador na resolução do problema. Para ser classificado como um quebra-cabeça, o problema deve limitar-se à natureza de soluções aceitáveis e aos métodos para obtê-las. O conjunto de problemas (exemplares) e de soluções-padrão que materializam o consenso da comunidade científica, serve para guiar o que é praticado num período de ciência normal, sendo transmitidos pelos manuais durante formação dos pesquisadores. Os problemas devem ser resolvidos baseados nas soluções, já estudadas anteriormente para problemas similares (ABRANTES, 1998). Para Kuhn (2011) essa rigidez da ciência normal é condição necessária para o progresso da ciência. A ciência se diferencia de outras atividades por possuir um período de “ciências normais”, caracterizado por um monismo teórico – existência de um único paradigma. O pesquisador em períodos de ciência normal, segundo o autor está preocupado com três tipos de problemas: a) determinação do fato significativo; b) harmonização dos fatos com a teoria e; c) articulação da teoria.

Esse paradigma segundo Tozzini (2011) representa um conjunto de suposições teóricas e realizações exemplares que guiam a atividade científica por meio da imposição de modelos, padrões e limites. A imagem de ciência normal concebida por Kuhn, segundo Ostermann (1996) é extremamente conservadora, por ficar limitada a um paradigma, ou seja, ao paradigma que é aceitável pela comunidade acadêmica. Desse modo, o aprendizado de um pesquisador pode ser fruto de uma educação destinada a preservar e disseminar a autoridade de um corpo já articulado de problemas, dados e teorias, não incentivando o pesquisador na busca de novas soluções não alinhadas ao paradigma dominante. Os fundamentos dos autores revelam, de fato, o que acontece na comunidade acadêmica brasileira, ou seja, a reprodução de problemas exemplares para o pesquisador não se sentir um “estranho” junto aos outros pesquisadores. Mendonça e Videira (2007) reforçam a questão quando comentam que a ciência normal especializada é responsável pelo crescimento linear e estável do conhecimento, por representar um produto exclusivo das comunidades científicas, sendo marcadas por uma homogeneidade da pesquisa, revelada quando da realização de congressos, artigos publicados em revistas e a formação dos Grupos de Pesquisa, dentre outros. Popper (1979), diferente de Kuhn, acredita que os momentos de estabilidade são maléficos para a ciência. Segundo Tozzini (2011), o cientista

normal é aquele que aceita dogmas facilmente sem, no entanto, contestá-los, ou seja, só aceita uma teoria revolucionária quando quase todos os outros cientistas já passaram a fazer uso.

Morgan (2007) utiliza o termo “paradigma” conforme popularizado por Kuhn, verificado em três sentidos amplos: a) como realidades alternativas (paradigmas); b) como bases das escolas de pensamento (metáforas) e; c) como ferramentas e textos específicos utilizados de forma concreta (atividades de resolução de quebra-cabeças científicos). Em relação ao primeiro sentido, o autor afirma que:

Toda análise adequada do papel dos paradigmas na teoria social deve desvendar as pressuposições centrais que caracterizam e definem uma visão de mundo, de modo que se torne possível apreender o que há de comum nas perspectivas dos teóricos, cujos trabalhos poderiam, em caso contrário, num nível mais superficial, parecer distinto e de alcance amplo (MORGAN, 2007, p. 13).

O segundo sentido, relacionado à “metáfora”, traduz a visão de mundo ou o paradigma metateórico, incluindo diversas escolas de pensamento, possibilitando ao pesquisador diferentes metodologias, quando do estudo das realidades organizacionais e sociais. O terceiro sentido refere-se à resolução de quebra-cabeças. Diversos textos, modelos e instrumentos de pesquisa disputam a consideração dos teóricos nesse nível de análise. Morgan (2007) faz referência ao que Kuhn (2011) chamou de “ciência normal”. Uma comunidade ao adotar um paradigma como referência passa a utilizar, também critérios considerados aceitáveis na escolha de problemas para que o mesmo tenha uma solução possível.

As revoluções científicas conhecidas por anomalias incentivam a crise na ciência, quando o quebra-cabeça (categoria de problemas) não proporcionar os resultados esperados, dentro das especificações do paradigma vigente. A emergência de novas teorias é geralmente precedida por um período de insegurança profissional, pelo fato de exigir alterações nos problemas e nas técnicas da ciência normal (KUHN, 2011). Para o autor o fracasso das regras existentes é o prelúdio para uma busca de novas regras. Também, resultados negativos, por si só, não são suficientes para garantir que um paradigma seja substituído por outro. O autor cita três exemplos para ilustrar a questão:

- a) Fim do século XVI: fracasso do paradigma geocêntrico pela emergência do paradigma heliocêntrico – copernicano;
- b) Fim do século XVIII: substituição do paradigma flogístico (substância calórica) pelo paradigma de Lavoisier (teoria da combustão do oxigênio);
- c) Início do século XX: fracasso do paradigma newtoniano (mecânica clássica) e surgimento do paradigma relativístico (Teoria da Relatividade).

Em relação aos três exemplos, Kuhn (2011) observa que: a) a nova teoria surge somente após o fracasso caracterizado na atividade normal de resolução de problemas; b) a nova teoria surge uma ou duas décadas depois do início do fracasso; c) a solução para cada um desses exemplos foi antecipada em um período no qual a ciência correspondente não estava em crise. Assim, uma teoria científica, após ter atingido o seu *status* de paradigma, somente é considerada inválida quando existir uma alternativa disponível para substituí-la. A transição para um novo paradigma é chamada por Kuhn de revolução científica. Uma revolução científica não representa um processo cumulativo obtido através de uma articulação do velho paradigma. Representa, antes de tudo, uma reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, alterando algumas das generalizações teóricas mais elementares do paradigma como, por exemplo, os seus métodos e aplicações.

Durante o período de transição, segundo Ostermann (1996), o antigo paradigma e o novo competem pela preferência dos membros da comunidade científica. Uma nova teoria deve, segundo Kuhn (2011), permitir predições diferentes daquelas derivadas de sua predecessora. As duas teorias não podem ser logicamente compatíveis, pois para o autor os proponentes dos paradigmas competidores deveriam praticar seus ofícios em mundos diferentes. É nesse sentido que o autor utiliza a expressão incomensurabilidade de paradigmas, ou seja, dois paradigmas rivais são incompatíveis e incomensuráveis, pelo fato de cada paradigma ter padrões científicos e definições próprias praticadas em realidades diversas. Kuhn cita como exemplo, a revolução científica que substituiu o paradigma

newtoniano pelo relativístico, argumentando que os referentes físicos dos conceitos einsteinianos não são de modo algum idênticos àqueles conceitos newtonianos que levam o mesmo nome: a massa newtoniana é conservada, enquanto que a einsteiniana é conversível com a energia.

Uma vez apresentados os principais fundamentos acerca dos paradigmas, procura-se, na sequência, discutir os fundamentos relacionados à epistemologia e as abordagens epistemológicas da ciência, ou seja, o modelo dos quatro paradigmas de Burrell e Morgan (1979).

2.2 EPISTEMOLOGIA

A teoria do conhecimento, de acordo com Hessen (2003) é uma reflexão filosófica que tem por objetivo investigar as origens, as possibilidades, os fundamentos e a extensão e o valor do conhecimento. Reflete sobre os conhecimentos produzidos pelo ser humano, elaborando doutrinas acerca do modo como conhecemos, do que nos é possível conhecer, o que torna um conhecimento válido, o que significa falar do progresso do conhecimento e de suas aplicações práticas. A epistemologia é um ramo da filosofia que estuda a origem, a estrutura, os métodos e a validade do conhecimento produzido pelo homem. É o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências, destinado a determinar a sua origem lógica e não simplesmente psicológica, assim como o seu valor e a sua objetividade. Também, busca verificar se as assertivas que o pesquisador fez do que observou em relação aos conceitos ontológicos são válidas em relação aos critérios estabelecidos pela comunidade acadêmica. Oportuniza ainda ao pesquisador, a construção do objeto científico e a definição dos limites da problemática de investigação levando, em muitos casos, a constante reformulação dos parâmetros discursivos, dos paradigmas e dos critérios de cientificidade que devem orientar todo o processo de investigação.

Na visão de Saccol (2008), a epistemologia está relacionada com a forma que o conhecimento é gerado. Tal crença está ligada aos pressupostos ontológicos (sobre como as coisas são). Nesse sentido, há três grandes linhas de pensamento epistemológicas que se destacam: o subjetivismo, o objetivismo e o construtivismo. A ontologia objetiva para Burrell e Morgan (1979) ocorre quando o cientista vê os fenômenos de que trata como reais, tangíveis e como estruturas relativamente imutáveis e externas ao investigador. O mundo social preexiste ao indivíduo. A ontologia subjetiva parte do princípio que o objeto só existe na medida em que é percebido por um observador em uma construção mental. Ela está relacionada ao mundo das ideias e à existência de um ser pensante. O mundo existe a partir das percepções que as pessoas têm dele. A ontologia intersubjetiva representa uma combinação dos pressupostos da ontologia objetiva e subjetiva, ou seja, a realidade é percebida e “criada” numa instância coletiva.

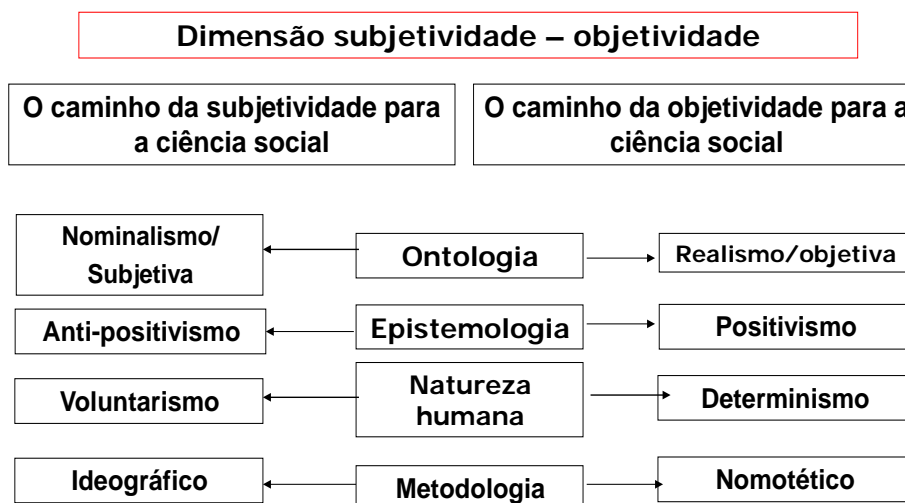
A epistemologia construtivista defende que o conhecimento é entendido como uma relação de interdependência entre sujeito e o seu meio. Verdades e significados passam a existir, a partir do engajamento do pesquisador com o mundo. O construtivismo social parte do pressuposto que a construção de significado ocorre através dos processos de interação social e da intersubjetividade (significados criados e compartilhados coletivamente). Para Piaget (1973, p. 4) “Conhecer é modificar, transformar o objeto e compreender o processo dessa transformação e, conseqüentemente, compreender o modo como o objeto é construído”. O meio ou objeto passa a ser conhecido por aproximações através da atividade física ou simbólica. Estas aproximações, para Ramozzi-Chiarottino (1988), podem provocar modificações da estrutura cognitiva do sujeito, tanto em nível de pensamento como em nível de ação. Na visão de Guba e Lincoln (1994) e Munck e Souza (2010), o construtivismo utiliza uma ontologia relativista, uma epistemologia transacional e uma metodologia dialética e hermenêutica. Os pesquisadores que adotam tal paradigma estão voltados para a produção de interpretações reconstruídas do mundo social. Os critérios positivistas tradicionais da validade interna e externa são substituídos por termos como fidedignidade e autenticidade.

2.2.1 Abordagens epistemológicas: o modelo dos quatro paradigmas de Burrell e Morgan

A ortodoxia é colocada em xeque no momento em que Burrell e Morgan (1979) promoveram o debate sobre a utilização de múltiplos paradigmas em estudos organizacionais, quando da apresentação de modelo de “paradigmas sociológicos”, ou seja, uma base ontológica e epistemológica que, segundo os autores, poderiam fundamentar as teorias organizacionais modernas. Os autores conceituam a ciência social em termos de quatro conjuntos de pressupostos relativos à ontologia, a epistemologia, a natureza humana e a metodologia. As pressuposições sobre a natureza da realidade serviram de base no desenvolvimento do Modelo dos Quatro Paradigmas. A ontologia trata da visão de mundo que o ser humano tem, podendo ser objetiva, subjetiva e intersubjetiva como já discutido no tópico anterior deste artigo, ou seja, a "realidade" a ser investigada pode ser uma realidade externa ao indivíduo, assim como um produto de sua consciência e/ou uma combinação das duas. Diferentes ontologias, epistemologias e modelos de natureza humana podem inclinar os cientistas sociais em direção a metodologias distintas.

O segundo conjunto de pressupostos está relacionado ao campo de conhecimento, ou seja: a) de que forma o conhecimento pode ser obtido? e; b) como se pode separar o que pode ser considerado como verdade e como falso? A terceira pressuposição trata da natureza humana e de seu ambiente, ou seja, se prevalece a visão determinista ou voluntarista. Na visão determinista o homem é considerado como produto do meio, condicionado pelas circunstâncias internas. Na visão voluntarista o homem exerce um papel mais criativo, ou seja, ele é o criador do seu ambiente em vez de ser controlado. A metodologia como reflexo das diferentes ontologias, epistemologias e dos modelos de natureza humana pode ser ideográfica (subjetiva) ou nomotética (objetiva). A metodologia ideográfica parte do princípio que o conhecimento é obtido a partir da exploração detalhada do sujeito sob investigação e de sua história de vida, enfatizando a análise dos aspectos subjetivos que são gerados quando se encontra "de dentro das situações". A abordagem nomotética, ao contrário, valoriza as técnicas quantitativas, a construção de testes científicos e o protocolo sistemático, enfatizando o processo de teste de hipóteses, a verificação de regularidades, a possibilidade de generalização, de acordo com os padrões de rigor científico.

Figura 1: Esquema para analisar pressupostos acerca da natureza da ciência social



Fonte: adaptado de Burrell e Morgan (1979)

Nesta direção, os autores comentam acerca da teoria de sociedade em termos de “ordem-conflito”, procurando explicar a natureza da ordem social e do equilíbrio, de um lado e, por outro, entender os problemas mais conexos com as questões de mudança, conflito e coerção nas estruturas sociais. “Ordem” e “conflito” passam a constituir duas teorias de sociedade, assim constituídas: a) teoria social que enfatiza a ordem e o integracionismo, através da valorização da estabilidade, da integração, da coordenação funcional, do consenso (regulação) e; b) teoria social que focaliza o conflito e a coerção,

por meio da mudança, da desintegração e da coerção (mudança radical). A sociologia da mudança radical, para os autores, se contrapõe à sociologia da regulação no momento em que procura descobrir explicações para a mudança radical, a partir do conflito estrutural dos modos de dominação e das contradições estruturais que caracterizam a sociedade moderna. Tal sociologia está interessada com a emancipação do homem e de suas estruturas que limitam e impedem o seu potencial de desenvolvimento.

A partir dos pressupostos descritos, Burrell e Morgan (1979) apresentam o modelo dos quatro paradigmas: funcionalismo, interpretativo, humanista radical e estruturalismo radical (Figura 2). O paradigma funcionalista na visão dos autores é caracterizado por uma visão ontológica objetiva/realista da realidade social, uma epistemologia positivista, uma visão determinista da natureza humana e uma compreensão reguladora da sociedade. Busca a explicação racional da realidade social. Está centrado no *status quo*, na ordem social, na integração social, no consenso e na satisfação das necessidades do homem e na escolha racional. Para os autores, por exemplo, Serva, Dias e Alperstedt (2010), Saccol (2008) e Bulgacov e Bulgacov (2007), o modelo considera a realidade como objeto concreto, racionalmente ordenado segundo as regras das ciências naturais, ou seja, passível de ser apreendido pela investigação científica e de ser mudado por aproximação sucessiva. Suas teorias tentam explicar o *status quo*, a ordem, a contribuição ou efeito de um elemento sobre o outro e a integração do universo, com vistas à elaboração de engenharias sociais, visando à busca de soluções práticas e racionais. Nessa concepção, as organizações abrigam relações empíricas que, por sua regularidade, constituem artefatos que podem ser identificados, estudados, medidos e transformados. Tais relações e sua regularidade estão fundadas nas leis naturais que devem ser investigadas, servindo de base para a compreensão e intervenção no mundo. As metáforas que mais se aproximam desse modelo são, segundo Morgan (1996): máquina (behaviorismo, determinismo e empiricismo abstrato); organismo e cérebro (teoria dos sistemas sociais); cultural (estrutura de referência da ação) e a política (pluralismo).

Figura 2: Modelo dos quatro paradigmas



Fonte: adaptado de Burrell e Morgan (1979)

Na visão de Martins (1997) as pesquisas consideradas positivistas – aquelas baseadas nos pressupostos do paradigma funcionalista (Figura 2), utilizam como técnica de investigação os estudos descritivos, buscando a descrição das características de determinada população ou fenômeno, além de verificar as relações entre variáveis e fatos. A noção de causalidade ocorre por meio do relacionamento das variáveis independentes (causas) e dependentes (efeitos). Estudos com orientação positivista são orientados por planos amostrais, já que a coleta de dados e de informações ocorre por meio da aplicação de questionários com questões fechadas geralmente em forma de Escala Tipo Likert. Os dados são tratados por meio de técnicas estatísticas, sendo a validação dos resultados apoiada apenas nos níveis estatísticos de significância. Para os positivistas, a produção do conhecimento científico começa com a

observação neutra, por meio da indução, sendo cumulativa e linear, demonstrando que o conhecimento científico obtido é definitivo (OSTERMANN, 1996). Os funcionalistas apoiam-se em esquemas básicos de processos de socialização admitindo, assim que os fenômenos acontecem dentro de formas invariantes devido à estrutura funcional básica geral e comum. Também, as pesquisas consideradas como sistêmicas tem sua base no positivismo. Seus fundamentos estão na Teoria Geral dos Sistemas concebida por Bertalanfy (1901-1972). Fazem uso do método hipotético-dedutivo e de técnicas descritivas para avaliar programas, métodos e afins. As relações causais são verificadas, a partir dos inter-relacionamentos dos subsistemas com suas variáveis de entrada, processamento e saída. Também as pesquisas sistêmicas estão localizadas no quadrante do paradigma funcionalista. Morgan (2007) comenta que a principal crítica feita pelos interpretativistas ao funcionalismo deve-se ao objetivismo exagerado, chegando a caracterizar-se como um aspecto limitador. Tal crítica tem relação com uma questão filosófica, ou seja, o que existe são coisas reais ou algo transcendental?

O paradigma interpretativo para Burrell e Morgan (1979) está baseado na visão de que o mundo social possui uma situação ontológica duvidosa, já que a realidade social não existe em sentido concreto. Os interpretativistas procuram compreender e explicar o mundo a partir das pessoas envolvidas no processo social, percebendo a realidade como uma extensão da consciência e da experiência subjetiva (por exemplo: LEWIS; GRIMES, 1999, 2005; VERGARA; CALDAS, 2005; MORGAN, 2007; PINTO; SANTOS, 2008; MUNCK; SOUZA, 2010). A sociedade é entendida a partir do ponto de vista do participante em ação, em vez do observador. O teórico social interpretativista procura compreender o processo pelo qual as múltiplas realidades compartilhadas surgem, se sustentam e se modificam. Da mesma forma que a abordagem funcionalista, a interpretativista se baseia na pressuposição e na crença de que há uma ordem e um padrão implícito no mundo social. A ciência é considerada uma rede de jogos de linguagem, baseada em grupos de conceitos e regras subjetivamente determinados, ou seja, inventados e seguidos pelos praticantes da ciência. Dessa forma, abriga escolas de pensamento, tais como a hermenêutica, a fenomenológica, a interacionista simbólica e a etnometodológica. A pesquisa interpretativa supera as falácias funcionalistas, pois está centrada em significados, sendo sensível a ambiguidade inerente à linguagem, reconhecendo a multiplicidade e o dinamismo, bem como o contexto em que se situam pesquisadores e participantes da pesquisa. A metáfora que mais se aproxima desse paradigma, segundo Morgan (1996) é a do fluxo e da transformação.

O humanismo radical é subjetivo, preocupado com a emancipação individual, antipositivista, ideográfico e voluntarista. Concebe a consciência humana como dominada pelas superestruturas ideológicas que determinam a ruptura cognitiva entre o homem e a sua verdadeira consciência. O paradigma humanista radical como o paradigma interpretativo enfatiza, segundo Burrell e Morgan (1979) e Morgan (2007) como a realidade é socialmente criada e socialmente sustentada, vinculando a análise a um interesse sobre o que pode ser descrito como a patologia da consciência, pela qual o ser humano torna-se aprisionado dentro das fronteiras da realidade que ele cria e sustenta. Essa perspectiva se baseia na visão de que o processo de criação da realidade pode ser influenciado por processos psíquicos e sociais que canalizam, restringem e controlam as mentes dos seres humanos de maneira a aliená-los em relação às potencialidades inerentes à sua verdadeira natureza de seres humanos. O humanismo radical ao focar os aspectos alienadores (natureza do trabalho e tecnologia, por exemplo) procura, segundo Ferreira e Alencar (2010) desenvolver uma teoria da mudança radical do ponto de vista subjetivo, ou seja, como os seres humanos se tornam aprisionados a estes aspectos e de que forma estes influenciam o pensamento e a ação. Os conceitos que o teórico funcionalista pode considerar como blocos de construção da ordem social e da liberdade humana são para os humanistas radicais, modos de dominação ideológica.

A Escola de Frankfurt, principal núcleo do desenvolvimento da Teoria Crítica, segundo Burrell e Morgan (1979) é considerada parte da tradição representada pelo paradigma do humanismo radical. A teoria crítica representa o enfoque mais influente no paradigma humanista radical, por ter uma visão do mundo social antipositivista como o paradigma interpretativo. Para tanto, o paradigma humanista radical focaliza a atenção em aspectos políticos e exploradores da vida organizacional. A metáfora da

prisão psíquica é a que mais sustenta o paradigma humanista radical (MORGAN, 1996; MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). O paradigma pós-moderno crítico combina a teoria crítica com o pensamento pós-moderno, incluindo um conjunto de perspectivas alternativas tais como o feminismo, o neomarxismo e a investigação participativa. De acordo com esse paradigma, segundo Antonello e Godoy (2009), embora a realidade possa ser apreendida, ela é 'plástica', moldada pelo conjunto de fatores sociais, políticos, culturais, étnicos e de gênero. Isto torna a realidade reificada em uma série de estruturas tomadas como reais, ou seja, naturais e imutáveis. A pesquisa crítica procura descrever a emergência histórica das estruturas sociais e os contextos contemporâneos nos quais tais estruturas atuam, produzindo contradições com implicações para a ação social e a liberdade humana. O objetivo da investigação é proceder à crítica e à transformação das estruturas sociais, políticas, culturais, econômicas, étnicas e de gênero por meio do engajamento e da confrontação. O conhecimento cresce e modifica-se por meio de um processo dialético de revisão histórica. A perspectiva crítica enfatiza a adoção de métodos dialéticos e o pensamento pós-moderno assume os formatos literários e narrativos, incluindo ensaios históricos, estudos de caso e estudos de campo.

No paradigma estruturalista radical a realidade é vista como algo que existe por si própria, de uma forma independente de como é percebida e reafirmada pelas pessoas em suas atividades do dia-a-dia. É vista como algo que se caracteriza por tensões e contradições intrínsecas entre elementos antagônicos, levando a uma mudança radical no sistema como um todo. O estruturalismo radical é objetivo, positivista, determinista e nomotético, explorando forças sociais, políticas e econômicas que subjugam a ação individual. A metáfora do poder é a que mais enfatiza os pressupostos do paradigma estrutural radical. Segundo os autores, cada um dos quatro paradigmas citados contém implicações radicalmente diferentes para o estudo das organizações, por estabelecerem os fundamentos dos modos antagônicos de análise social.

Para Caldas (2005) o impacto do trabalho de Burrell e Morgan (1979) no campo é inquestionável, em grande parte pelo artigo de 1980 e por sua sequência. Nos últimos 25 anos, segundo o autor, o trabalho de Burrell e Morgan teve um papel crucial: primeiro, na popularização e crescente aceitação de tradições teóricas críticas e interpretativas na teoria organizacional e; segundo, na promoção de diálogos inter paradigmáticos. No Brasil, a popularização do conceito de paradigmas de Burrell e Morgan ocorreu na década de 1980 e o de metáforas na década de 1990 por Morgan (1996). Tais trabalhos foram cruciais na popularização e legitimação de perspectivas críticas em organizações. Por outro lado, o trabalho dos autores também passou a ser criticado. De acordo com alguns críticos, segundo Caldas (2005) o modelo de paradigmas simultâneos que os autores propuseram catalisou a proliferação de perspectivas concorrentes ou ao menos sua popularização e aceitação no campo. Também gerou polarização e segregação.

Deetz citado por Serva, Dias e Alperstedt (2010) critica as dimensões escolhidas por Burrell e Morgan da dicotomia objetivo/ subjetivo, incentivando a sua polarização. Também, a visão dicotômica entre determinismo e voluntarismo é insuficiente para abranger a complexidade do comportamento das organizações. Child (1997) comenta que tanto a organização como o meio exercem pressões para a mudança. O determinismo e voluntarismo devem ser observados ao longo de um *continuum* e não de forma isolada e excludente como verificados por Burrell e Morgan (1979). Da mesma forma, em termos de metodologia percebe-se que a visão nomotética de ciência pode ser complementada pela visão ideográfica. A pesquisa qualitativa não substitui a pesquisa quantitativa, ou seja, podem-se ter momentos mais qualitativos e outros mais quantitativos, dependendo da natureza do problema e da abordagem escolhida pelo pesquisador. Todas as abordagens, quando utilizadas de forma isolada possuem limitações. Burrell e Morgan (1979) assumem que cada paradigma se engaja em uma perspectiva única, sendo, portanto, incomensurável com outro paradigma, contrariando os estudiosos que defendem a comunicação entre paradigmas. Desta forma, os paradigmas propostos pelos autores não podem ser analisados como se fossem mutuamente excludentes pelo fato destes serem complementares. As lacunas deixadas por um podem ser complementadas pelos pressupostos de outro paradigma na compreensão da realidade investigada. Todavia, a coerência interna e externa deve ser mantida para os estudos organizacionais não se transformarem em vulgaridades e sem referências.

2.1.2 O pluralismo paradigmático em estudos organizacionais: indo muito mais além da visão hegemônica

Os pressupostos dos paradigmas interpretativista, humanista radical e estruturalista radical de Burrell e Morgan (1979) desafiam o funcionalismo de maneira fundamental, proporcionando alternativas à análise organizacional contradizendo, em muitos casos, os cânones da teoria ortodoxa. O uso de um único paradigma para o entendimento de uma determinada realidade envolve apenas os problemas legitimados pelo paradigma considerado (ciência normal). O conhecimento e a ação, o saber e o fazer, a teoria e a prática, a ciência e a técnica em um contexto monolítico, tornam-se insuficientes para a compreensão de realidades complexas como comenta Morin (2001), dentre outros. Na visão de Caldas (2005), Vergara e Caldas (2005), Carrieri e Rodrigues (1998), por exemplo, o desconhecimento dessa diversidade paradigmática, bem como a corroboração silenciosa quase hegemônica do paradigma funcionalista (objetivista), tende a encarcerar e limitar o aprimoramento do campo. A realidade social e das organizações é estudada, medida e explicada por meio de modelos advindos da Ciência da Natureza, ou seja, ancorados em números que tentam, tão somente representar uma realidade temporal observada.

A visão pluralista para Morgan (2007) foi reconhecida recentemente pelos teóricos das organizações. Tal situação incentivou os estudiosos a ver as organizações sob diferentes prismas para sucumbir à visão reducionista da teoria das organizações, principalmente no momento em que a comunicação entre os paradigmas começou a ser incentivada, ao invés do isolamento paradigmático (por exemplo, LEWIS; GRIMES, 1999, 2005; CALDAS, 2005; CALDAS; FACHIN, 2005; SERVA; DIAS; ALPERSTEDT, 2010; ANTONELLO; GODOY, 2009, 2010). Para Morgan (2007) a adoção de um pluralismo teórico e metafórico pode favorecer o desenvolvimento de novas perspectivas para a análise organizacional. Segundo o autor, a cosmovisão vigente dos teóricos das organizações está baseada em algumas metáforas características de um único paradigma, o funcionalista. As metáforas (por exemplo: da dominação, do fluxo e da transformação e a psíquica) características de outras correntes de pensamento podem oferecer muitos *insights* no sentido de desafiar as suposições fundamentais da ortodoxia. “Os teóricos de organizações, assim como os cientistas de outras disciplinas, com frequência tem abordado o seu objeto, a partir de um marco de referência baseado em pressuposições inquestionáveis” (MORGAN, 2007, p. 13).

Morgan (1996) destaca que em sua totalidade as novas metáforas podem ser ainda combinadas com cada uma das quatro realidades alternativas sugeridas por Burrell e Morgan (1979), dando saída a incontáveis formas de teorização e estudo das organizações. A lógica da metáfora, no entanto, sugere que nenhuma metáfora pode capturar a natureza total da vida organizacional. Todavia, podem ajudar o pesquisador a entender como que os fundamentos concernentes às escolas do pensamento administrativo estão baseados sobre “*insights*” associados com diferentes metáforas para a compreensão e estudo do comportamento das organizações. No entender de Morgan (2007) o desafio da teoria organizacional, a partir dos novos paradigmas é penetrar sob a aparência superficial do mundo empírico, com o intuito de revelar a profunda estrutura de forças responsável pela natureza, pela existência e pelas contínuas transformações das organizações na situação mundial. Segundo Morgan (2007, p. 28):

Diferentes paradigmas corporificam visões de mundo que favorecem metáforas que definem a natureza das organizações de maneiras fundamentalmente diferentes, e cobram um repensar total a respeito do que deve tratar a teoria organizacional. O desafio levantado se relaciona com os pressupostos fundamentais sobre os quais se baseia a teorização, e só pode ser resolvido considerando-se a adequação desses fundamentos rivais como base para a análise organizacional.

No entender de Lewis e Grimes (2005), a pesquisa científica nos diferentes campos de conhecimentos enfrenta um problema extremo, ou seja, como conduzir investigações baseadas em diferentes paradigmas? Para os autores a investigação multiparadigmática procura satisfazer a demanda quanto à utilização de paradigmas individuais para a investigação de problemas avançados de pesquisa, não se encontrando constructos teóricos suficientes para esclarecer os problemas de forma isolada. A

mentalidade paradigmática do isolamento inibe o debate sobre os paradigmas, contribuindo para o desenvolvimento de teorias “estritas”. Segundo os autores, na pesquisa multiparadigmática os pesquisadores vão além da revisão da literatura, visando a aplicação de paradigmas empiricamente divergentes. Para Misoczky (2003), um exemplo clássico de investigação multiparadigmática é estudo dos mísseis de Cuba por Allison (1969). Outro exemplo citado pela autora é o estudo de Hassard (1991), onde o autor defende a possibilidade de imersão na literatura de modo a construir uma teoria e uma metodologia para cada um dos paradigmas de Burrell e Morgan (1979), objetivando analisar o caso do Corpo de Bombeiros britânico.

Lewis e Grimes (2005) destacam três abordagens: a) revisão multiparadigmática; b) pesquisa multiparadigmática e; c) construção de teorias multiparadigmática. A primeira abordagem trata da revisão multiparadigmática. Ela ocorre no momento em que os pesquisadores procuram identificar o impacto da ênfase de algumas premissas, muitas vezes, dadas como certas pelos teóricos em suas interpretações sobre os fenômenos organizacionais. Duas técnicas podem ser utilizadas: a) o agrupamento de paradigmas e; b) a ligação de paradigmas. Monteiro e Fontoura (2012) citam como exemplos, os estudos de Antonello e Godoy (2009; 2010) e Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006) que utilizaram a revisão multiparadigmática para argumentar sobre o fenômeno que estudavam. A segunda abordagem enfatiza a pesquisa multiparadigmática. Nesta abordagem os pesquisadores utilizam paradigmas múltiplos na coleta e na análise de dados e no cultivo das diversas representações de um fenômeno em ambientes complexos. Assim, podem ocorrer estudos que empreguem técnicas interpretativistas para apurar identificações funcionalistas preliminares ou mesmo o contrário: métodos positivistas para operacionalizar e testar construtos encontrados por um viés etnográfico. A terceira abordagem trata da construção de teorias multiparadigmáticas. Ela pode auxiliar os teóricos na administração de suas racionalidades limitadas, bem como na acomodação de visões opostas em uma perspectiva multiparadigmática. A ideia não é construir uma espécie de síntese paradigmática mas, sim compreender as diferenças e similaridades entre as perspectivas paradigmáticas. A técnica da metateorização revela que os paradigmas assumem verdades parciais, permitindo explorar as ligações interparadigmáticas. A ênfase nas contradições entre as perspectivas paradigmáticas, pode ser vista como produtora de questionamentos dos dualismos entre os paradigmas.

As abordagens discutidas por Lewis e Grimes (2005) são complementares para o processo de acomodação das diferentes interpretações, dificultando a utilização simultânea delas em um determinado estudo. Cientes destas limitações, os autores recomendam a metatriangulação de Gioia e Pitre (1990). Para Antonello e Godoy (2009, p. 270) o objetivo da metatriangulação (ou investigação multiparadigmática)

é auxiliar os pesquisadores no processo de elaboração de teoria, por meio da utilização de insights decorrentes de múltiplos paradigmas, explorando visões teóricas e perspectivas epistemológicas divergentes, desafiando pressupostos já estabelecidos e retratando as questões organizacionais sob novas luzes. Espera-se que o resultado conseguido traga uma compreensão mais ampla e mais clara do fenômeno investigado, assim como dos paradigmas empregados para sua compreensão.

As organizações e a sociedade vistas de forma multiparadigmática podem incentivar o pesquisador a obter novos *insights*, no sentido de complementar as lacunas deixadas quando da adoção de um único paradigma. Tem-se consciência de que nenhum deles, de forma isolada consegue explicar o comportamento das organizações e da sociedade. É por meio da combinação paradigmática que o pesquisador pode adotar uma postura mais reflexiva e contextualizada. Para Sacomoto Neto e Truzzi citado por Ferreira e Alencar (2012) também pode ocorrer à desconstrução de conceitos e pressupostos, visando a construção de novos referenciais, já que a diversidade de teorias é necessária para que novas abordagens possam ser reconhecidas, apreciadas e integradas dentro das estruturas analíticas dos estudos organizacionais. Para Schultz e Hatch (1996) as pontes que podem ser estabelecidas entre os paradigmas podem representar uma alternativa para o pesquisador, desde que sejam verificadas as conexões e contrastes ontológicos e epistemológicos das abordagens utilizadas na pesquisa.

A análise multiparadigmática mesmo celebrando a pluralidade, a ambiguidade e a possibilidade de vislumbrar diferentes visões da realidade apresentam alguns limites. Para Ferreira e Alencar (2012) são os seguintes: a) a análise multiparadigmática, ao lidar como uma diversidade de abordagens, pode encontrar algumas dificuldades, no sentido de que todo o esforço de sua construção seja convertido para um relativismo puro, sem pontos de referência ou fundamentação; b) a dificuldade dos pesquisadores em se distanciar do seu paradigma de origem ou do paradigma dominante no momento em que decidem adotar a análise multiparadigmática. Assim, a reflexividade ancorada no diálogo, na contextualização e na interdisciplinaridade deve permear todo o processo de análise multiparadigmática, visando minimizar os seus limites. O diálogo entre as diferentes abordagens deve ser feito no sentido de (re) orientar os esforços de investigação, visando à renovação dos estudos organizacionais, quer por meio da contradição, convergência e da complementaridade. A contextualização revela a aliança da teoria com a prática de modo histórico e longitudinal. A reflexividade é complementada pelo espírito interdisciplinar. A interdisciplinaridade está segundo Guimarães e Pinto (2005) ligada ao tema pluralismo, pelo fato deste proporcionar a utilização de enfoques distintos, ou seja, o objeto de estudo é sempre o mesmo e as várias abordagens do mesmo objeto são, por isso, complementares. Nos dizeres de Morin (2007) o novo paradigma requer mudança nos valores e na forma de pensar – um pensar mais abrangente, multidimensional, contextualizado, interdisciplinar e transdisciplinar. A visão de complexidade da realidade é contrária à ideia da fragmentação da ciência.

A epistemologia da complexidade discutida por Morin (2001, p. 26) reforça os princípios da reflexividade vista como o pilar central da abordagem multiparadigmática. A reflexividade representa a capacidade do homem interligar, ou seja, a capacidade do homem de juntar e reconstruir aquilo que nunca deveria ser separado. Para o autor “[...] o conhecimento do conhecimento não pode fechar-se em fronteiras estritas”, pois o conhecimento não é insular, mas peninsular, e, para conhecê-lo, temos que ligá-lo ao contexto mais amplo, do qual faz parte. As partes devem ser interligadas entre si. Segundo a teoria da complexidade: a) o conhecimento não se reduz a incerteza; b) compreende incertezas, indeterminações e fenômenos aleatórios como o progresso do conhecimento; c) a concepção do conhecimento está associada aos pressupostos da organização, da auto-organização e da desordem; d) o mundo é compreendido como horizonte de realidades mais vastas; e) a sociedade, o conhecimento e o ser humano são vistos como um sistema aberto; f) o sujeito e o mundo interagem e se desenvolvem.

Para Capra (1996) e Morin (2001) as propriedades essenciais de um organismo, ou sistema vivo são propriedades do todo que nenhuma das partes possui. Elas surgem das interações e das relações entre as partes. As propriedades das partes não são propriedades intrínsecas e, deste modo, só podem ser entendidas dentro do contexto do todo mais amplo. Na abordagem da complexidade, as propriedades das partes podem ser entendidas apenas a partir da organização como um todo, corroborando os pressupostos que embasam a abordagem multiparadigmática. O pensamento complexo é contextual, sendo oposto do pensamento analítico. De acordo com Morin (2001) são três os princípios fundadores da complexidade: a) o processo dialógico: permite manter a dualidade no seio da unidade. A dialógica tem como principal função aproximar os antagônicos admitindo que os “opostos são complementares” sendo indissociáveis e indispensáveis, negando o terceiro axioma discutido por Aristóteles, ou seja, do “Princípio do terceiro excluído”, quando dizia que toda a proposição dotada de significação é verdadeira ou falsa e que entre duas proposições contraditórias uma somente pode ser considerada verdadeira; b) o princípio da recursão organizacional: um processo recursivo é um processo onde os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores do que os produz e; c) o princípio hologramático: perpassa a ideia de que não apenas a parte está no todo, mas o todo está na parte ou como coloca Pascal citado por Morin (2001) não se pode entender o todo sem as partes e nem conceber as partes sem o todo.

Moraes (2004, p. 20) argumenta que “complexidade esta compreendida como princípio articulador do pensamento, como um pensamento integrador que une diferentes modos de pensar, que permite a tessitura comum entre sujeito e objeto, ordem e desordem, estabilidade e movimento, pesquisador e pesquisado e todos os tecidos que reagem os acontecimentos, as ações e interações que tecem a realidade da vida”. Vasconcellos (2005) argumenta que a complexidade está alicerçado em três

pressupostos: o da complexidade, da instabilidade e da intersubjetividade. A complexidade busca a contextualização dos fenômenos, reconhecendo as causas recursivas, em especial às apresentadas pela impossibilidade de explicação dos fenômenos pelo processo da simplificação. A instabilidade refere-se ao fato de que um sistema aberto está em constante mudança e evolução, sendo auto organizador e caracterizado por um processo em curso, por um ‘vir a ser’. Contrapõe-se à determinação, previsibilidade e controle dos fenômenos. A intersubjetividade diz respeito à aceitação da impossibilidade de um conhecimento objetivo do mundo em função das múltiplas versões da realidade e dos diferentes domínios do conhecimento, pressupondo a ideia de complementaridade paradigmática como já discutido anteriormente. Para Morin (2001) todos os conceitos, todas as teorias e as descobertas têm um caráter limitado por serem aproximadas. Isto mostra que não há certeza científica e que o homem está sempre gerando novas teorias, a partir de novos *insights* resultantes da maneira de como o mundo é observado pelo pesquisador.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões feitas em torno das abordagens epistemológicas nos estudos organizacionais, percebe-se, em primeiro lugar que a ortodoxia é colocada em xeque no momento em que Burrell e Morgan (1979) promoveram o debate sobre a utilização de múltiplos paradigmas em estudos organizacionais, baseados numa ontologia, epistemologia, natureza humana e metodologia que poderiam fundamentar as teorias organizacionais modernas. O campo de teoria organizacional é formado por uma série de posições epistemológicas e ontológicas de base, podendo formar algumas posições metateóricas, a priori, no desenvolvimento científico em análise organizacional.

Em segundo lugar, nota-se que há três grandes linhas de pensamento epistemológicas: o subjetivismo, o objetivismo e o construtivismo. A epistemologia objetivista pressupõe que os significados sobre todos os objetos e entidades existem independentemente de operações mentais do ser humano. Há um significado objetivo em tudo o que existe. Esses significados e o conhecimento sobre tudo o que existe pode ser transmitido de forma racional e objetiva. A linguagem matemática é vista como uma grande aliada para a construção do conhecimento (paradigma funcionalista). A epistemologia objetiva limita o pesquisador a descrever os dados da forma como eles se encontram, não oportunizando ao pesquisador o entendimento da dinâmica e o “como” e “porque” à realidade funciona desta ou daquela forma. O pesquisador valoriza a busca de relações de causa e efeito, ou seja, procura verificar o quanto as variáveis independentes explicam as dependentes (resultados). Tal abordagem é limitada porque não permite a junção das impressões subjetivas de quem está pesquisando. Segundo essa perspectiva, o investigador procura estudar os fenômenos de forma neutra e sem ser influenciado por eles. Pressupõe a existência de uma realidade objetiva que pode ser apreendida por meio de dados científicos, examinados de forma a testar correlações e associações entre variáveis (aspectos da realidade que se pretende estudar e medir). Para os pós-positivistas, vistos como uma evolução do positivismo, a realidade só pode ser conhecida probabilisticamente. Neste sentido, a falsificação (e não a verificação) de hipóteses torna-se tarefa básica da investigação científica. A visão das partes é valorizada (MORIN, 2001), principalmente quando o pesquisador procura isolar e/ou predefinir “variáveis” para compreender a realidade que nunca conheceu.

Em terceiro lugar, observa-se que a epistemologia subjetivista pressupõe que significados são impostos sobre os objetos por parte dos sujeitos, dos seres pensantes. Assim, os significados são resultados das construções mentais, sonhos ou mesmo arquétipos provenientes do subconsciente coletivo dos homens. Dentro dessa lógica, as características dos objetos, em si, não são importantes, pelo fato do homem poder atribuir significado construído a partir de sua mente. Da mesma forma que a epistemologia objetiva limita o pesquisador, a epistemologia subjetiva, por si só, pode representar as impressões subjetivas e valorativas de quem está conduzindo a pesquisa. Para a epistemologia construtivista não existe uma realidade objetiva esperando por ser descoberta. Verdades e significados só passam a existir a partir do engajamento do pesquisador com o mundo. O construtivismo social parte do princípio de que a construção dos significados pode ser resultante dos processos de interação social e

dos significados criados e compartilhados coletivamente. Verifica-se, desta forma, que os estudos organizacionais não podem ficar limitados a uma única forma de conhecer a realidade.

Em quarto lugar, nota-se que o trabalho de Burrell e Morgan (1979) no campo é inquestionável, em grande parte pelo artigo de 1980 e por sua sequência. Os autores incentivaram a popularização e a crescente aceitação de tradições teóricas críticas e interpretativas na teoria organizacional, além de promoverem os diálogos inter paradigmáticos. De outro lado, o trabalho de Burrell e Morgan também catalisou a proliferação de perspectivas concorrentes ou ao menos sua popularização e aceitação no campo, tais como a dicotomia objetivo/subjetivo e do determinismo e do voluntarismo. Da mesma forma, em termos de metodologia, percebe-se que a visão nomotética de ciência pode ser complementada pela visão ideográfica. A pesquisa qualitativa não substitui a pesquisa quantitativa, ou seja, podem-se ter momentos mais qualitativos e outros mais quantitativos, dependendo da natureza do problema e da abordagem escolhida pelo pesquisador. Os paradigmas propostos pelos autores não podem ser analisados como se fossem mutuamente excludentes, pelo fato deles serem complementares. As lacunas deixadas por um podem ser completadas pelos pressupostos de outro paradigma na compreensão da realidade investigada. Todavia, a coerência interna e externa deve ser mantida para os estudos organizacionais não se transformarem em vulgaridades sem referência e fundamentação.

Em quinto lugar, percebe-se que a pesquisa multiparadigmática possibilita aos pesquisadores a utilização de paradigmas múltiplos na coleta e na análise de dados e no cultivo das diversas representações de um fenômeno em ambientes complexos. Assim, os pesquisadores podem desenvolver estudos que empreguem técnicas interpretativistas para apurar identificações funcionalistas preliminares, ou mesmo o contrário: métodos positivistas para operacionalizar e testar construtos encontrados por um viés etnográfico. A realidade deve ser apreendida de múltiplas formas, socialmente construídas e baseadas nas experiências e interações sociais vivenciadas pelos envolvidos no processo. A adoção de um pluralismo teórico e metafórico favorece o desenvolvimento de novas perspectivas para a análise organizacional. Tem-se consciência de que nenhum deles de forma isolada consegue explicar o comportamento das organizações e da sociedade. Segundo Ferreira e Alencar (2010) a busca por teorias mais inclusivas resulta da compreensão de que nenhum dos três grandes paradigmas sociológicos (consenso, conflito e interpretação) é suficiente para explicar a complexidade da vida social.

Todavia, uma reflexão conjunta sobre os seus fundamentos pode resultar em novas reorientações e construção de arcabouços teóricos que incorporem num quadro teórico analítico as dimensões macro e micro, objetivo e subjetivo, estrutura e agência e indivíduo e sociedade. É por meio da combinação paradigmática que o pesquisador pode adotar uma postura mais reflexiva e contextualizada. Verifica-se, também que a análise multiparadigmática apresenta alguns limites, mesmo celebrando a pluralidade, a ambiguidade e a possibilidade de vislumbrar diferentes visões da realidade. Como limites podem ser citados: a) o pesquisador ao lidar com diferentes abordagens pode ficar sem referência ou fundamentação e; b) o pesquisador pode ter dificuldades para se distanciar do paradigma de origem e/ou do dominante no momento em que decide utilizar a abordagem multiparadigmática. A reflexividade ancorada no diálogo, na contextualização e na interdisciplinaridade deve permear todo o processo de análise multiparadigmática, no sentido de contornar seus limites.

Nesta direção, a epistemologia da complexidade pode sustentar os pressupostos da abordagem multiparadigmática, já que tem como princípios norteadores o processo dialógico, o princípio da recursão organizacional e o princípio hologramático. Tal epistemologia permite a tessitura comum entre sujeito e objeto, ordem e desordem, estabilidade e movimento, pesquisador e pesquisado, assim como todos os tecidos que regem os acontecimentos, as ações e interações que tecem a realidade da vida. Todas estas articulações e junções paradigmáticas podem ser feitas, desde que o pesquisador tenha sempre uma referência e uma fundamentação, visando manter a coerência e a consistência do que está sendo pesquisado.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, P. Kuhn e a noção de "exemplar". **Principia**, 2, p. 61-102, 1998.

ANTONELLO, C. S., GODOY, A. S. Uma agenda brasileira para os estudos em aprendizagem organizacional. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 49, n.3, p. 266-281, jul./set., 2009.

_____; _____. A Encruzilhada da Aprendizagem Organizacional: uma Visão Multiparadigmática. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 310-332, Mar./Abr. 2010.

ASSMANN, H. **Metáforas novas para reencontrar a educação**. São Paulo: Unimep, 1998.

ASTLEY, G. W. Administrative science as socially constructed truth. *Administrative Science Quarterly*, v. 30, p. 497- 513, 1985.

BERTERO, C. O.; KEINERT, T. M. M. A evolução da análise organizacional no Brasil (1961-1993). *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 81-90, 1994.

_____; CALDAS, M.; WOOD JR., T. Produção científica em Administração de Empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 147-178, 1999.

BULGACOV, S.; BULGACOV, Y. L. M. **A construção do significado nas organizações**. *FACES R. Adm.*, Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p. 81-89, set./dez. 2007.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organisational analysis: elements of sociology of corporate life**. London: Heinemann, 1979.

CABRAL, A. C. A. Reflexões sobre a pesquisa nos estudos organizacionais: em busca da superação da supremacia dos enfoques positivistas. In: ENANPAD, 22. 1998, **Anais...** Foz do Iguaçu, 1998.

CALDAS, M. P. Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 53-57, 2005.

CALDAS, M. P.; FACHIN, R. Paradigma funcionalista: desenvolvimento de teorias e institucionalismo nos anos 1980 e 1990. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. **Teoria das organizações**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 69-79.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARRIERI, A. P.; RODRIGUES, T. Paradigmas e metodologias: não existe pecado do lado de baixo do Equador. In: ENANPAD, 22., 1998, **Anais...** Foz do Iguaçu, 1998.

CLEGG, S. R.; HARDY, C. Introduction organizations, organization and organizing. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Eds.). **Handbook of organization studies**. London: Sage Publications, 1996. p. 1-29.

CHANLAT, J. F. Francophone organizational analysis (1950-1990): an overview. *Organization Studies*, v. 15, p. 47-79, 1994.

CHILD, J. Strategic choice in the analysis of action, structure, organizations and environment: retrospect and prospect. *Organization Studies*, v. 18, n. 1, p. 43-76, 1997.

FERREIRA, P. A.; ALENCAR, E. Administração, sociologia e análise multiparadigmática. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 6., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2010.

GUBA, E; LINCOLN, Y. Competing paradigms in qualitative research. In: DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. (Eds) **Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994. p.105-117.

HASSARD, J. Multiple paradigms and organizational analysis: a case study. *Organization Studies*, 1991.

HESSEN, H. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LEWIS, M. W.; GRIMES, A. I. Metatriangulation: building theory from multiple paradigms. *Academy of Management Review*, 1999.

_____; _____. Metatriangulação: a construção de teorias a partir de múltiplos paradigmas. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.45, n.1, p.72-89, jan/mar 2005.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; CUNHA, V. C.; AMBONI, N. Organizações: o estado da arte da produção acadêmica no Brasil. In: XIV ENCONTRO ANUAL DA ANPAD (1990: Florianópolis). **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 1990. v. 6. p. 11-28.

- _____; GUARIDO FILHO, E. R.; ROSSONI, L; Campos organizacionais: seis diferentes leituras e a perspectiva de estruturação. **Revista de Administração Contemporânea**, ed. esp., v. 10, p. 159-196, 2006.
- MARTINS, G. de A. Abordagens metodológicas em pesquisas na área de administração. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 32, n.3, p. 5-12, jul./set., 1997.
- MATURANA, H. R. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- MENDONÇA, A. O.; VIDEIRA, A. A. P. Kuhn, progresso científico e incomensurabilidade. **Scientiae Studia**, v. 5, n. 2, p. 169-183, 2007.
- MISOCZKY, M. C. Poder e institucionalismo: uma reflexão crítica sobre as possibilidades de interação paradigmática. In: VIEIRA, M. M. F., CARVALHO, C. A. (org.). **Organizações, Instituições e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- MORAES, M. C. **Pensamento eco-sistêmico: educação, aprendizagem e cidadania no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.
- _____; Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n° 1, pp. 58-71, jan./mar. 2005.
- _____. Paradigmas, Metáforas e solução de quebra-cabeças na teoria das organizações. In: CALDAS, M. P; BERTERO, C. O. (Coord). **Teorias das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 12-33.
- MONTEIRO, L. A.; FONTOURA, Y. S. dos R. **A perspectiva multiparadigmática e o debate objetividade-subjetividade em estudos organizacionais: possibilidades, alcances e limites**. In: VII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, Curitiba, PR, 2012.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- _____. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.
- MOZZATO, A. R; GRZYBOVSKI, D. **Desenvolvimento paradigmático da teoria das organizações: Uma abordagem crítica e a concepção de indivíduo na perspectiva emancipatória**. I Colóquio de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. Florianópolis- SC: 2011.
- MUNCK, L.; SOUZA, R. B. de. Estudos organizacionais: uma relação entre paradigmas, metanarrativas, pontos de interseção e segmentações teóricas. **Pretexto**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 95-112, abr./jun., 2010.
- OSTERMANN, F. A epistemologia de Kuhn. **Caderno Catarinense de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 184-196, dez. 1996.
- PIAGET, J. **Psicologia e epistemologia: Por uma teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- PINTO, M. de R.; SANTOS, L. L. da S. Em busca de uma trilha interpretativista para a pesquisa do consumidor: uma proposta baseada na fenomenologia, etnografia e na grounded theory. **RAE Eletrônica**, v. 7, n. 2, 2008.
- POPPER, K. A ciência normal e seus perigos. In: LAKATOS, I. e MUSGRAVE, A. (Orgs.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1979. p. 63-71.
- RAMOZZI-CHIAROTTINO, Z. **Psicologia e epistemologia genética de Jean Piaget**. São Paulo: EPU, 1988.
- RODRIGUES, S. B.; CARRIERI, A. de. Tradição Anglo-Saxônica nos Estudos Organizacionais Brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, Edição Especial, p. 81-102, 2001.
- SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 2, n. 2, p. 250-269, maio/ago. 2008.
- SERVA, M.; DIAS T.; ALPERSTEDT, G. D. Paradigma da complexidade e teoria das organizações: uma reflexão epistemológica. **RAE Eletrônica**, v. 50, n. 3, 2010.
- SCHULTZ, M.; HATCH, M. J. Living with multiple paradigms: the case of paradigm interplay in organizational cultural studies. **Academy of Management Review**, v. 21, n. 2, p. 529-557, 1996.
- TOZZINI, L. D. **Objetividade e racionalidade na filosofia da ciência de Thomas Kuhn**. 2011. 111f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2011.

VASCONCELLOS, M. J. E. De. **Pensamento sistêmico**: o novo paradigma da ciência. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. **RAE Revista de Administração e Empresas**, v. 45, n. 4, p. 66-72, out./dez. 2005.